

“Educação em farrapos”: A imprensa na construção do ensino rio-grandense.

Hardalla Santos do Valle¹

Introdução

O presente artigo é fruto de pesquisas desses articulistas sobre a História da Educação no estado do Rio Grande do Sul. Assim sendo, a partir da análise de jornais e periódicos, se propõe o trabalho que segue, sendo o objetivo perceber o cenário educacional da Província de São Pedro do Rio Grande durante o período da Revolução Farroupilha (1835 -1845).

É importante mencionar, que as reflexões que aqui serão expostas foram alicerçadas nos escritos de diversos autores, enfatizando a visão de Sandra Jatahy Pesavento, sobre o conflito. Assim como, pelas pesquisas documentais dessa articulista sobre o panorama educacional do recorte temporal escolhido.

Nessa perspectiva, apresentamos seguintes inquietudes como norteadoras desse trabalho: Houve alguma transformação educacional na Província de São Pedro durante o conflito farroupilha? Quail(s)? Que elementos acarretaram essas mudanças?

O meio escolhido de nos aproximarmos dessas respostas foi a metodologia de análise de conteúdo, que possibilita o trabalho com materiais textuais escritos. É importante mencionar que nessa metodologia o ponto de partida é a mensagem, mas devem ser consideradas as condições contextuais de seus produtores e assentar-se na concepção crítica e dinâmica da linguagem para estabelecer um parecer (FRANCO, 2005: 13).

Assim sendo, para entendimento de quem lê, será apresentado primeiramente o conflito e algumas visões enriquecedoras dentro da historiografia sobre o tema. Logo

¹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas-UFPEL. Bolsista-CAPES. Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande-FURG.

após, discutiremos algumas mudanças educacionais que foram percebidas, através de pesquisas, do período escolhido. Sendo a intenção, proporcionar ao leitor uma reflexão acerca da trajetória educacional rio-grandense e os elementos políticos e ideológicos que instigaram o panorama apresentado.

Uma discussão sobre o conflito.

A Revolução Farroupilha foi um conflito que emergiu na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, durante o período regencial. Caracterizado como um dos mais longos embates do Brasil, esse conflito se estendeu durante 10 anos (de 1835 até 1845), sendo seu tratado de paz assinado em Ponche Verde²; pelo barão Duque de Caxias e o general Davi Canabarro.

Um primeiro ponto essencial, que devemos enfatizar, é a importância de não “mitificar” ou “utilizar de maniqueísmos” na observação desse conflito. Assim, sendo proponho aqui a análise sobre esse processo histórico com vista a observar o caráter enfaticamente elitizado nas decisões e ações de ambos os lados³, no que se refere as diretrizes do período e o descaso com a opinião popular⁴.

Nessa perspectiva destaco a obra: “A Revolução Farroupilha: história e interpretação” de Sandra Jatahy Pesavento, que centra o seu trabalho na ideologia, durante a Revolução Farroupilha. Sendo importante mencionar que ela usa a concepção de Gramsci sobre ideologia para estabelecer essa análise.

O importante, para Sandra Pesavento, a entender é que tanto as correntes que dentre os farroupilhas tomavam partido pela monarquia constitucional, quanto as que se declaravam pela república estavam defendendo um regime político que se incorporava com os interesses dos grupos dominantes locais. Isso porque para a autora as duas formas de governo apresentavam similaridades muito grandes, como a construção de

² Ponche Verde ou Poncho Verde é uma região assim denominada pelas suas verdes campinas, ótimas para o pastoreio de gado; hoje o lugar tem como sede o município de Dom Pedrito, no estado do Rio Grande do Sul.

³ Monárquico ou farroupilha.

⁴ O que implicava em transformações, com vista ao suprimento de interesses e ideologias de uma minoria (elite) em diversos setores, como a educação.

um ideário vantajoso para poucos, e a tentativa de legitimar o poder utilizando-se para isso do discurso de um desejo de melhorias para o povo. (PESAVENTO, 1985:30)

Na opinião de Maria Medianeira Padoin, é possível perceber que a parcela mais pobre da sociedade rio-grandense do período nunca “soube o gosto” dos frutos provenientes das batalhas travadas por eles, pois costumeiramente permaneciam a mercê dos desmandos da oligarquia, que decidia suas lutas e causas sem nada lhes dar em troca.

Na questão da liberdade individual, por exemplo, esse conceito deve ser entendido como referente ao conjunto de homens livres e proprietários, considerados como cidadãos ou detentores de direitos políticos.⁵ Outro exemplo de grande valia citado pela autora é as eventuais emancipações de negros durante o conflito. Essas devem ser entendidas como necessidades da guerra, pois era preciso libertar o escravo para armá-lo e torná-lo um soldado da causa rebelde, e não de uma tendência emancipacionista. A bandeira, dessa forma, não era o fim da escravidão. (PADOIN, 1999: 5)

Ainda segundo Pesavento, salvo eventuais futuras pesquisas que possam expor novos dados, não houve, no movimento farroupilha, nenhuma proposta que defendesse a generalização do trabalho livre, nem a educação como propulsora de uma emancipação social. Assim, podemos ratificar que para Pesavento, no Rio Grande do Sul, a revolta Farroupilha circunscreveu-se aos limites da classe dominante, pecuarista, latifundiária e escravocrata. Estes eram os cidadãos que se autodenominavam a voz do “ povo do Rio Grande” e que arrastavam junto a si seus empregados e dependentes para lutarem num movimento em torno de causas alheias aos horizontes dessas camadas dominadas. Não há, portanto, falta de correspondência entre o discurso político e a sua base social. O pensar e o agir correspondem aos interesses dos grupos que empresariam o movimento, bem como à sua necessidade de manter a dominação sobre o corpo social. (PESAVENTO, 1985:35)

No que tange especificamente a educação, as explanações sobre a ação pedagógica no período elucidam essa enquanto reprodução cultural e social, simultaneamente. Sendo assim, a cultura reproduzida à da classe dominante, e na

⁵ (PESAVENTO, 1985).

Republica Rio-grandense as intenções de reprodução, os ideais de Republica, a passividade ao domínio e a ausência de luta por maiores transformações na sociedade.⁶

Assim a escola acabou inculcando na classe dominada as regras dos bons costumes, da moral e da aceitação do seu lugar na sociedade. Já a classe dominante era ensinada a falar bem e redigir bem, ou seja, ter conhecimento de persuasão para poder dominar. Sendo a Escola o principal aparelho ideológico de Estado Moderno, substituindo a Igreja do Antigo Regime, pois nenhum outro fica tanto tempo com a criança sob seu controle, quase todos os dias da semana (ALTHUSSER, 1974: 41).

Em suma, a Revolução Farroupilha ao se separar do Brasil quis se colocar como nação moderna e o que a sociedade moderna melhor criou para legitimar a posição dominante da classe dominante foi a legitimação pela Escola, colocando todos como iguais para adquirir a ascensão, porem esqueceu as questões de desigualdades sociais que afetaram estas possibilidades. (BOURDIEU e PASSERON, 1982: 59). Fato que ainda precisa ser discutido.

Educação e suas diferentes especificidades.

Na historiografia brasileira a relação envolvendo as especificidades da educação durante o período da Revolução Farroupilha ainda é relativamente restrita. Por esta razão, os pesquisadores que se definem na linha de pesquisa da História da Educação têm de enfrentar uma latente carência de bases teórico-metodológicas sobre o tema na construção do seu conhecimento.

Logo, nesta parte do trabalho vamos utilizar as escritas de relevância para essa pesquisa e os resultados da análise dos seguintes jornais: “O Artilheiro” e o “O Americano”, sendo que o primeiro circulou em Porto Alegre de 1837 até 1838 e o segundo foi editado em Porto Alegre, de setembro de 1842 até março de 1843⁷. Seguido de “O Mensageiro”, que circulou em Porto Alegre de novembro de 1835 até maio de 1836 e o “O Povo”, que começou a ser editado em Piratini e transferiu-se um pouco depois para Caçapava.

⁶ - Ver PASSERON, Jean-Claude. A reprodução, elementos para a teoria dosistema de ensino. 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1982.

⁷ - Segundo Eni Barbosa em “O ensino universitário e as fontes da Revolução Farroupilha”, 1985, pág.10.

Assim sendo, começamos lembrando que, segundo Xavier, a elite econômica e intelectualizada da República Rio-grandense, tinha objetivos a serem alcançados com a educação: apresentar a nova nação como moderna, de acordo com os ideais que eram propagados para as Repúblicas, formar o caráter Nacional, conservar firme e estável o Estado, diminuir os conflitos e as agitações, aumentando o controle sobre o Povo, usando-a como elemento de propagação ideológica e ferramenta de preservação de posições sociais. Como podemos observar num artigo publicado no Jornal O Povo, em 09 de maio de 1840.

[...]a maior parte só menos teria alguns traços de semelhança, estes traços formariam precisamente o caráter nacional. O mais eficaz dos meios, diz um profundo político da Antiguidade, de conservar firmes, e estáveis as constituições dos governos, e de educar a juventude nos princípios constitucionais. [...] este grande objeto poder-se-ia por ventura obter, sem uma Educação? Quem mais, que o governo pode ter este interesse? Quem mais do que ele pode ter os meios de fazê-lo? Quem mais do que o legislador pode conhecer sua importância, e o plano para consegui-la? (O POVO, 09/05/1840, no157).

Como mencionado no parágrafo acima, a educação pode ser vista como o meio que liberais e farroupilha utilizaram para fomentar suas diretrizes escolhidas. É importante lembrar que constatamos que, ao longo do tempo, surgiram diversas e contrapostas versões sobre o movimento rio-grandense, especialmente em referência ao “separatismo” ou “não separatismo” dos farrapos e a respeito de presenças ou ausências de influências na formação da memória e identidade do povo gaúcho. Dessa maneira, visto que é preciso educar para transformar⁸, pode se considerar importante analisar como se deu essa relação de fomento dos ideais de doutrinação dos discentes, bem como a ação dos professores de seguirem o que a lei determinava dentro desse contexto de agitações políticas e o legado desse panorama.

Um ponto interessante a ser percebido é as transformações institucionais ocorridas no que tange suas características. No início do recorte temporal escolhido o método de alfabetização e ensino normal preponderante era o método Lancaster, que pode ser considerado um método diretivo que utiliza a repetição e disciplina na construção do aprendizado:

⁸ - Conforme Carlos Frederico Bernardo Loureiro em “Educação ambiental transformadora” em Identidades da educação ambiental brasileira, 2004.

O Método Lancasteriano foi um método pedagógico formulado, nos últimos anos do século XVIII, pelo inglês Joseph Lancaster (1778-1838), amparado nas idéias pedagógicas do pastor anglicano Andrew Bell (1753-1832) e nas idéias panópticas do jurista e reformador de costumes Jéremy Bentham (1748-1892). A historiografia reconhece que, antes que a primeira década do século XIX findasse, o Método de Lancaster já tinha se propagado em direção a França, Portugal, Itália, Alemanha, Grécia, Bulgária, Dinamarca e Suécia. Atingiu também a Rússia, o território africano (Serra Leoa, Senegal), a Índia, a Austrália, o Canadá, o México, o Peru, e alguns países da América do Sul, como a Argentina e o Brasil. No Brasil, foi o primeiro método pedagógico, para a instrução pública instituído, oficialmente por D. Pedro I, por meio da Lei 15 de outubro de 18273, no período que gira em torno da descolonização e dos diferentes projetos que o recém fundado Estado Nacional se propunha a desenvolver. (NEVES, 2003:1)

Para Neves ainda a apropriação do método lancasteriano pelas elites monárquicas estava associada ao projeto de consolidação do Estado Nacional, por meio da promoção da vigilância e da disciplinarização no corpo infantil, no interior das escolas, visando à formação disciplinar das classes subalternas.

Quando a metodologia educacional é alterada em meados de 1845, passando a ser praticado o método individual de ensino os elementos subjetivos preponderantes nas diretrizes do ensino não sofrem grandes alterações. Isso porque se deveu à continuidade dos modelos de pensamento de uma elite. Existiu um grande descompasso entre o que foi pretendido e o que realmente as condições sociais e econômicas vieram a permitir, dentro de um modelo produtivo excludente, escravista e pautado numa mentalidade que contribuía para se perpetrar tal situação. (CARDOSO, 2004, p. 190)

É interessante mencionar aqui que segundo Moacir Flores o modelo Lancaster acabou por fracassar devido ao despreparo dos professores, já que não havia, nem mesmo, uma escola para a formação destes⁹, como menciona Moacyr Flores no parágrafo abaixo citado.

Para tornar-se professor era necessário apenas prestar um exame diante de uma banca composta pelos vereadores municipais. Para obter maior instrução era preciso buscá-la fora da Província ou em seminários. (FLORES, 1996, pág. 35)

⁹ - Conforme as idéias de Carla Adriana da Silva Barbosa, em Guerra, família e correspondências (elite farroupilha, 1835-1845), 2004.

A informação exposta no parágrafo acima nos leva a observar que os professores do período eram poucos e mal preparados para o seu desempenho profissional, bem como sua escolha poderia estar pautada nos mais diversos interesses, visto que a escolha era realizada por políticos que nada entendiam sobre a profissão.

Contudo considero que os fatores mais interessantes de serem observados em relação a educação do período são as questões específicas de gênero e classe.

- A mulher para ser amada deve ter como primeira qualidade, um gênio brando e dócil.
- Não há defeito maior do belo sexo do que a loquacidade, e a garrulice, que são de ordinária filha da imprudência.
- Uma Senhora de honesto, e sisudo comportamento estranha a consideração e o respeito do homem o mais licencioso (O POVO, 11/01/1840, nº134).

Ao analisarmos o jornal *O Povo* (11/01/1840, nº134 e 25/01/1840, nº137), podemos observar que o dispositivo legal reflete uma concepção cultural, onde a mulher deveria ser preparada para o casamento, ser dócil, submissa e aprender os afazeres domésticos.

- O recolhimento, a ocupação, o manejo dos negócios domésticos devem ser o habitual emprego de uma senhora virtuosa.
- A prudência, a moderação, a docilidade de gênio em uma senhora honesta são as qualidades preferíveis a todas as riquezas da terra:
- A mulher deve ser para seu marido um espelho de compostura, e de virtudes, uma consoladora nas aflições, e nos trabalhos da vida.
- Não há defeito maior em uma Senhora que deve ser toda amável, atrativa e graciosa do que a ferocidade de gênio, a rudeza de costumes e a grosseria de tratos (O POVO, 25/01/1840, nº137).

Segundo Xavier, a sociedade farroupilha percebia a mulher como sendo aquela que tinha a função social de cuidar da casa, do marido e educar os filhos (as). Assim sendo, essa situação teve reflexo tanto na legislação quanto na instrução de meninas. Deveria haver uma educação onde os conteúdos não fossem iguais aos dos meninos, ficando limitados às meninas os atos de ler, de escrever, as quatro operações aritméticas, a gramática da língua nacional, a moral cristã e a doutrina da religião Católica Apostólica Romana. Acrescidos a tais conhecimentos estavam os das prendas

domésticas que preparavam as meninas para a sua principal função social, ou seja, a de esposa e mãe.

A mulher continuou sendo preparada para ser submissa, dócil e aprender os afazeres domésticos, tornando-se, assim, uma boa esposa, mãe e formadora das futuras gerações. Por outro lado, nem todas as mulheres aceitavam essa função sem resistência. Sendo assim, podemos concluir que a formação da concepção de gênero se constrói num espaço de luta que pode ser observado nos textos impressos da época. (XAVIER, 2009:159)

A demonstração de força da época era dada pela capacidade de resistir ao centro, e a justificativa da rebelião passava pelo endosso seletivo das idéias liberais da época, adaptadas aos interesses e problemas sociais.(...) Em suma, não é com a importação de idéias que os farrapos se tornaram ‘liberais’. O contexto histórico rio-grandense criou formas de agir e pensar ‘liberais’, e as idéias européias só entraram e foram adotadas em função desta realidade (PESAVENTO, 1985:29)

Como exposto na citação acima, os farroupilhas, embora com uma educação diferenciada da legalista, não foi mais liberal. Isso porque “importou” o modelo educacional europeu, mas tentou implementar em uma realidade totalmente dissonante, onde os revoltosos eram membros também de uma burguesia que tinha como princípios obtenção de poder e dominação, mesmo que velada.

Considerações finais

Dado o exposto, podemos perceber que entre 1835 a 1845, a educação rio-grandense sofreu diversas mudanças na área da educação, devido as transformações políticas e ideológicas desencadeada pelo conflito Farroupilha.

Assim sendo, para buscar a compreensão do leitor esse trabalho iniciou com uma breve apresentação do que foi a guerra dos farrapos e sua análise construída e disseminada por alguns autores como Maria Medianeira Padoin e Décio Freitas, sendo destacadas as idéias de Sandra Jathay Pesavento. Tal abordagem foi realizada na intenção de enfatizar a importância ainda existente de olhar para a história sem os maquiñismos que são muitas vezes estipulados ou cultivados.

Por conseguinte, pudemos notar que tanto as correntes que dentre os farroupilhas pugnavam pela monarquia constitucional quanto as que se declaravam pela república estavam defendendo um regime político coerente com os interesses dos grupos dominantes locais.

Dessa maneira, tendo em vista os interesses existentes nas diretrizes educacionais do período discutido, passamos para a análise específica das mudanças práticas ocorridas no sistema educacional. Sendo o primeiro elemento percebido a mudança do método Lancaster de ensino para o individual. Igualmente importante foi a percepção da papel social do educador nessa sociedade e o suas formas de trabalho.

Por último estabelecemos uma análise sobre a figura da mulher no período, que mesmo durante o conflito deveria ter sua instrução limitada devido seu papel de “dona do lar”. Ou seja, essa deveria cuidar da família e da casa, preponderantemente, fato que gerou revolta entre as mulheres que tinham uma outra visão sobre seu dever de participação social.

Logo, por tudo que foi apresentado é possível afirmar que a Revolução Farroupilha instigou mudanças educacionais devido as transformações sociais que o contexto político e ideológico novos exigiam. Assim, ressaltamos a questão da metodologia utilizada para construir o aprendizado, a formação, seleção e possibilidades de trabalho dos professores e a figura da mulher, que embora ainda estigmatizada, já começa a fomentar a vontade em algumas de modificar esse preceito. Com efeito, esperamos com esse artigo ter fomentado a devida reflexão crítica sobre o conflito farroupilha e a formação da identidade educacional rio-grandense, que ainda pode e merece ser pesquisada.

Referências

BARROS, Jose D'Assumnao. O projeto de pesquisas em historia: da escolha do tema ao quadro teorico. Petropolis, RJ: Vozes, 2005.

FLORES, Moacyr. *Modelo Político dos Farrapos*: as idéias políticas da Revolução Farroupilha. Porto Alegre:Mercado Aberto, 1996. 4 ed. pp. 35-36.

FRANCO, MLPB. O que é análise de conteúdo. São Paulo: PUC; 1986.

FRANCO, B. Análise de conteúdo. 2. ed. Brasília: Líber Livro, 2005.

FREITAS, Décio. Farrapos: uma revolução federalista. In: VÁRIOS. A Revolução Farroupilha: história e interpretação. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

GODOY, A.S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.35, n.2, p. 57-63, abr.1995

GUAZZELLI, César A. B. O Horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845). Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em História), PPG – História Social/UFRJ, 1997.

LAYTANO, Dante de. História da República Rio-Grandense (1835-1845). 2. Ed. Porto Alegre: Sulina, 1983.

MACHADO, M.N.M. Uma metodologia para a pesquisa do social histórico. (Artigo submetido, 10p.)

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M. Técnicas de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, M.C. de S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. PUGLISI, M.L.;

MOTTIN, Antonio. O Ensino e as fontes da Revolução Farroupilha. Corag, 1993.

PADOIN, Maria Medianeira. O federalismo no espaço fronteiro platino. A revolução farroupilha (1835-1845). Tese de doutorado. Porto Alegre, UFRGS, 1999

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. Metodologia de pesquisa: abordagem teórico-prática. 13. ed. São Paulo: Papirus, 2007.

PESAVENTO, Sandra. Farrapos, Liberalismo e ideologia. In: A Revolução Farroupilha: história e interpretação. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

XAVIER, Itamaragiba. A Intrução pública como domínio ideológico na República Rio-Grandense (1836-1845): Período da Revolução Farroupilha. Revista Querubim – revista eletrônica de trabalhos científicos nas áreas de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais – Ano 04 No 07 – 2008

Fontes

O POVO, 11/01/1840, nº134. Edição fac-similada da Livraria do Globo, 1930.

O POVO, 25/01/1840, nº137. Edição fac-similada da Livraria do Globo, 1930.

O POVO, 09/05/1840, nº157. Edição fac-similada da Livraria do Globo, 1930.

O AMERICANO, Alegrete, 1842/43. Edição fac-similada da Livraria do Globo, 1930.

O MENSAGEIRO. Porto Alegre. 1835/1836. Edição fac-similada da Livraria do Globo, 1930.